

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Maior 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

VOLUME 09 | DEMOCRACIA

O fim do Estado Novo e a transição para a democracia marcaram uma viragem na história da INCM em termos laborais, culturais e económicos. As conquistas sociais dos trabalhadores foram assinaláveis, alargando a sua capacidade de intervenção nos processos de decisão empresariais.

No plano cultural, o ajuste do País e da empresa ao contexto de liberdade de expressão teve um impacto profundo nas estratégias editoriais e na posição da INCM enquanto agente de preservação e divulgação da língua e cultura portuguesas.

Com a evolução dos sistemas digitais de composição e de paginação, a partir dos anos 1980, o fabrico de tipos e a composição manual foram perdendo importância, acabando por desaparecer.



Matrizes com os símbolos dos partidos políticos, para impressão de boletins de voto, gravados mecanicamente [década de 1980]. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A LIVRARIA QUE VIVEU A REVOLUÇÃO

Entre a expectativa de mudança e a persistência da ditadura, os últimos anos do Estado Novo foram sendo marcados por fragilidades que evidenciavam o mal-estar político de uma sociedade ainda marcada por fortes assimetrias socioeconómicas, sob a censura e numa crise colonial que contabilizava o avolumar do descontentamento entre os oficiais intermédios, em claro desgaste pelo esforço de guerra iniciado em 1961. Na madrugada de 24 para 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) colocou fim ao Estado Novo, dando lugar a um novo ciclo da história contemporânea de Portugal, marcado pelo processo revolucionário e pela transição para a democracia.

Pouco tempo antes da revolução, a INCM preparava a inauguração de uma nova Livraria do Estado, desta vez localizada no Porto, na Praça de Guilherme Gomes Fernandes, tornando-se a quinta livraria da empresa a funcionar no continente. A criação da nova filial livreira tinha sido planeada em 1973, altura em que foram procuradas as instalações e condições necessárias. Para assinalar a abertura, e sendo o Porto «o grande centro da ourivesaria portuguesa», foi reeditada a obra *Marcas de Contrastes e Ourives Portugueses*, de Manuel Gonçalves Vidal, e cunhada um moeda comemorativa.

A inauguração, prevista para a tarde do dia 26 de abril, foi anunciada na véspera pelo jornal *Época*, sucessor do órgão oficial do regime *Diário da Manhã* mas, ainda que acidentalmente, a livraria do Porto acabaria por nascer com a revolução.

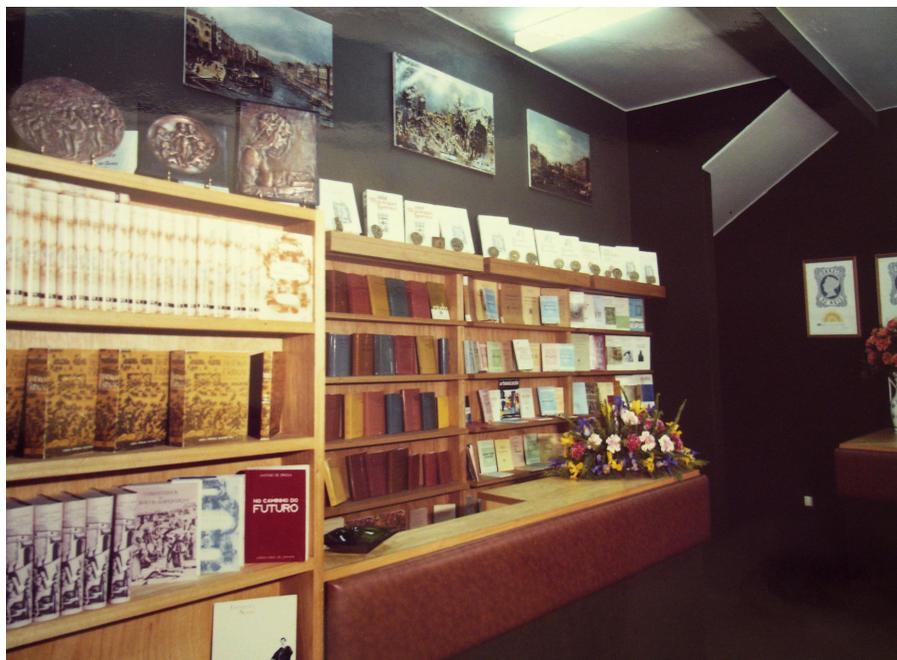
Cartaz da campanha de dinamização cultural promovida pela Comissão Dinamizadora Central da 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Desenho de Abel Manta. I.H. CODICE. INCM, fevereiro de 1975. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A memória desta inauguração ficou, assim, associada à memória da revolução, em que passado e futuro se cruzaram em tensão mas também em expectativa, como ficou registado no Relatório e Contas de 1974:

Como bem se compreenderá, o Movimento das Forças Armadas de 25 de abril, dado o ambiente de emoção e expectativa que naturalmente gerou, não podia deixar de repercutir-se na cerimónia de inauguração da nova filial. Mas é de dizer que, apesar de semelhante circunstância, não deixaram de a ela estar presentes muitos jornalistas, editores, livreiros e outro público.

Livraria do Porto, 26 de abril de 1974. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



DO DIÁRIO DO GOVERNO AO DIÁRIO DA REPÚBLICA

No plano institucional, a afirmação da democracia consagrada pela aprovação da Constituição da República Portuguesa foi acompanhada pela alteração da designação do Jornal Oficial que, por decreto-lei de 9 de abril de 1976, foi transformado em *Diário da República*. A mudança era mais do que simbólica, representando o compromisso democrático, o respeito pelos valores da cidadania, da pluralidade e dos direitos e liberdades fundamentais constituintes da República Portuguesa, pressupondo a participação direta e ativa dos cidadãos na vida política do país:

Aproximando-se o momento em que será publicada a nova Constituição Política, na qual o povo português deposita as maiores esperanças como pedra fundamental na construção da democracia.



Primeiro *Diário da República*, de 10 de abril de 1976.

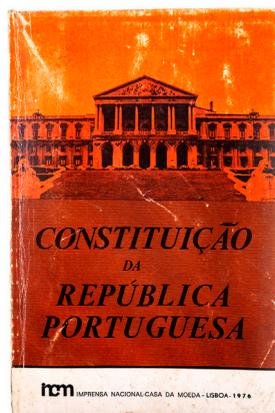
Considerando que a própria Constituição prevê uma nova designação para o jornal oficial onde há de publicar-se a legislação portuguesa, acha-se oportuno operar, desde já, as modificações necessárias.

O artigo 1.º do diploma decretou a alteração de designação para *Diário da República* do «jornal oficial até aqui chamado *Diário do Governo*, cuja edição cabe à Imprensa Nacional-Casa da Moeda, sucedendo assim ao anterior jornal oficial». O primeiro *Diário da República* publicou, no dia seguinte, o decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa, que estipulou pelo artigo 122.º a publicidade dos atos a publicar:

São publicados no jornal oficial, *Diário da República*:

- a) As leis constitucionais;
- b) As convenções internacionais;
- c) Os decretos do Presidente da República;
- d) Os decretos e resoluções do Conselho da Revolução;
- e) As leis e resoluções da Assembleia da República;
- f) Os decretos e regulamentos do Governo;
- g) As decisões dos tribunais a que a Constituição ou a lei confirmam força obrigatória geral;
- h) Os decretos das regiões autónomas.

O Jornal Oficial assumiu, assim, um novo cabeçalho que inicialmente apresentou apenas mudanças de título, sem alteração gráfica profunda, mantendo as três séries criadas em 1913. Estas alterações de fundo só foram introduzidas pela INCM em 1987, perspetivando melhorias visuais e no esquema de publicação.



Edição de 1976 da *Constituição da República Portuguesa*, INCM. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

REVOLUÇÃO LABORAL

O impacto da revolução na vida da INCM também se fez sentir pelas transformações laborais e através da interlocução da Junta de Salvação Nacional com a comissão de trabalhadores entretanto criada. Entre as principais reivindicações incluíam-se as melhorias salariais e outras condições remuneratórias, a distribuição de lucros e a regulação do trabalho extraordinário.

O período revolucionário foi também marcado pela criação de *O Elo*, o boletim de expressão do pessoal da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, que refletiu a participação parcial na gestão da empresa e a necessidade de comunicação com todos os trabalhadores.

Entre os momentos mais simbólicos da transição para a democracia, esteve ainda a readmissão dos trabalhadores da Imprensa Nacional e da Casa da Moeda que, por motivos de ordem política, tinham sido perseguidos e afastados durante o Estado Novo. Entre os 14 funcionários anteriormente afastados da Imprensa, foram novamente admitidos Adelino Silva, Berta da Fonseca do Carmo Carvalho, Carlos de Sousa Ferreira, Francisco Silva Rosa, João Loureiro dos Santos, Manuel Conceição Júnior, Manuel Lima de Freitas, Sebastião Nunes Ferreira e Viriato Pires de Carvalho, presos pela PIDE em 1959. Em entrevista ao jornal *A Capital*, de 20 de setembro de 1974, Berta Carvalho declarou a entrega simbólica do seu primeiro ordenado «de funcionária readmitida como homenagem ao Movimento das Forças Armadas que libertou o País.»

Entretanto, em setembro de 1974, o conselho de administração foi parcialmente reorganizado, ficando composto pelos antigos administradores Higino Borges de Menezes e Ramiro Farinha, e dois novos membros, Carlos da Costa Nicolau e João de Almeida Ricardo. Ramiro Farinha e Higino Borges de Menezes deixariam a empresa alguns meses mais tarde, em abril de 1975, depois de marcarem largas décadas de administração, sendo o conselho de administração integrado por Frederico Georges Mirão. A nova administração passou a promover reuniões regulares, chegando mesmo a participar num plenário de trabalhadores. Mas a luta pela melhoria das condições de trabalho ainda tinha um longo caminho a percorrer e, em 1975, a comissão de trabalhadores — que viria a integrar a comissão pró sindicalização — concretizou uma parte das suas reivindicações no sentido da reclassificação profissional, sendo também introduzidos subsídios de alimentação para os funcionários de Coimbra e Porto, atualizados os subsídios a viúvas e órfãos, conquistado um mês de férias para todo o pessoal (industrial e administrativo), entre outras medidas. Do ponto de vista da gestão, impunha-se agora o aumento de receitas e a renovação tecnológica.



Número 17 de *O Elo*. Boletim de expressão do pessoal da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, dezembro de 1975. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Edifício da Imprensa Nacional [década de 1980]. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



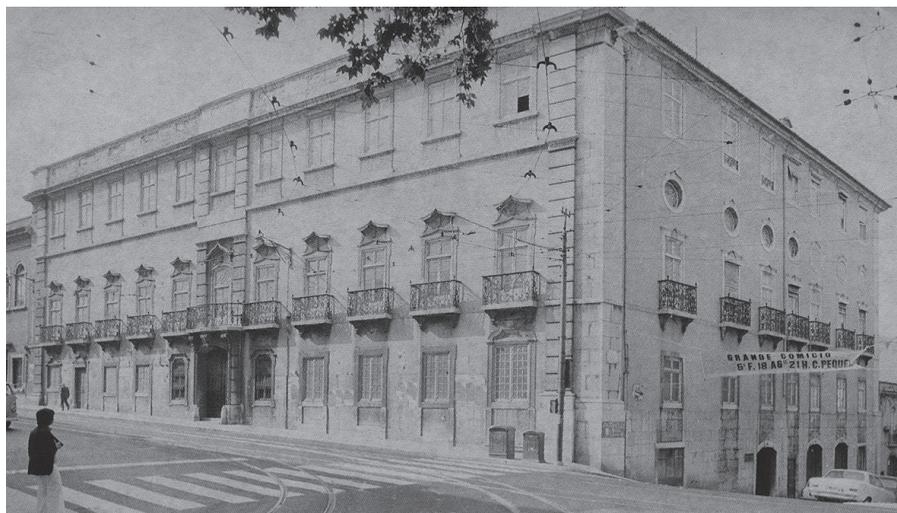
Além de todas estas preocupações, mantinham-se dúvidas e hesitações quanto à construção de novas instalações fabris, designadamente em relação ao plano de construção em Albarraque. Se vários estudos aconselhavam a construção de novas unidades, a possibilidade de permanência no antigo edifício da Imprensa impunha a análise de condições estruturais, tanto em matéria de capacidade de acomodação tecnológica como no domínio higiénico-sanitário. De uma forma ou de outra, impunha-se um balanço tecnológico.

Acompanhando as transformações de ordem laboral, também o Grupo Desportivo da IN procurou adaptar-se ao período de transição para a democracia. Depois de ter sido transformado, em 1952, em centro da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), vivendo nas décadas seguintes sob o enquadramento corporativo dos lazeres, o Grupo tinha visto a sua atividade suspensa em 1970 em consequência da demolição do edifício que acolhia a antiga sede, na Rua da Imprensa Nacional. A interrupção de atividade prolongou-se por seis anos, só sendo retomada em contexto democrático, em assembleia geral de 9 de janeiro de 1976. Nesta altura, estava já confirmada a localização da nova sede no antigo anexo na Rua da Rosa, onde por várias décadas tinham funcionado as oficinas do comissariado do desemprego.

PLANO DE MODERNIZAÇÃO

No plano administrativo, o problema do alargamento das instalações industriais da INCM esteve entre as prioridades do momento, dando continuidade ao projeto de aquisição do Palácio Bramão, contíguo ao edifício da Imprensa Nacional.

O Palácio Bramão, na Rua da Escola Politécnica. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A segunda metade da década de 1970 continuou a ser marcada por uma maior contestação social interna, favorecida pelo contexto político e pela decorrente conquista de novas condições laborais, designadamente em relação à

assistência médica e social e ao apoio à maternidade. Por outro lado, a INCM foi inevitavelmente afetada pela crise internacional, traduzida pelo aumento do custo de matérias-primas, energia e combustíveis, pelo acréscimo de despesas salariais e pela desvalorização do escudo, que acabaram por se refletir de forma mais dramática nos resultados financeiros e no custo dos seus próprios produtos. A par das dificuldades financeiras, a crescente instalação de oficinas gráficas nos diferentes ministérios parecia agora ameaçar a atividade gráfica vocacionada para a impressão das publicações oficiais e a produção de impressos, a que se somavam as limitações de equipamento e instalações.

Na verdade, a estratégia de modernização passava agora por duas instalações industriais com problemas e desafios próprios que exigiam resolução comum. No caso da Imprensa Nacional, uma parte do equipamento era obsoleta, pondo em causa as exigências de aumento de produtividade, o que impunha a definição de um plano de modernização que incluía, numa primeira fase, a aquisição de uma guilhotina trilateral, duas máquinas de impressão *offset* (duas cores e uma cor) e uma unidade de fototransporte. Em 1975, os primeiros investimentos limitaram-se à compra de equipamento de acabamentos, levando frequentemente à subadjudicação de trabalhos a outras empresas gráficas ou através da contratação de pessoal, numa altura em que emergia nova crise setorial. Para avaliar a situação da indústria, a INCM integrou uma reunião da Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Produtoras de Papel, criada em dezembro de 1974, na qual se discutiram formas de intervenção do poder público.

Em 1976, o plano de modernização foi retomado, agora efetivamente orientado para a impressão *offset*, com a aquisição de 3000 chapas *Ozasol P4* e do papel necessário a este processo de fabrico. Assim, o plano recaiu assim sobre a renovação de equipamento de impressão, representando um dos investimentos mais notáveis nesta área. Os anos seguintes marcaram um dos momentos de mais rápida transformação tecnológica e profissional da Imprensa Nacional, com a transição gradual dos sistemas de impressão tipográficos para a impressão *offset*, alterando por completo os modelos de produção, fases de fabrico e operações associadas. Com esta adaptação, a produção gráfica procurava dar resposta, em quantidade, qualidade e preço, às crescentes encomendas de entidades oficiais.

Ao clima de estabilização administrativa, associou-se a valorização da estratégia de investimento pelo poder político, refletida na inclusão dos projetos da INCM no Programa de Investimentos do Setor Empresarial do Estado (PISE). Lançado a partir de 1977, este programa perspetivou o papel do investimento no setor empresarial do Estado na dinamização da atividade económica, designadamente pela criação de postos de trabalho, pelo aumento da produção nacional e pela gradual melhoria da situação cambial do país, incluindo uma parte dos projetos da INCM a partir de 1979, com especial relevância para o investimento no setor gráfico. Para 1980, foram aprovados e incluídos no PISE os projetos de impressão, fotocomposição e fotomecânica.

Ao novo clima laboral e de investimento, associava-se agora um ambiente favorável ao desenvolvimento do campo editorial em contexto democrático.



Maquete do pintor Manuel Lapa para a edição *Divindades Indígenas*, com anotações para impressão *offset*. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

UM NOVO «CLIMA SOCIAL» PARA O CAMPO EDITORIAL

Com a transição para a democracia, o programa editorial da INCM passou por anos de uma mudança profunda, que implicou não só um balanço da política editorial e de vendas até aí registadas mas também uma reflexão de fundo quanto às estratégias de publicação futuras da editora pública. O Relatório e Contas de 1975 revelava a acumulação de *stocks* de obras com baixo nível de vendas, reforçando a necessidade de definir estratégias para o futuro, perante um «clima social» que abria agora «perspetivas diferentes para o campo editorial da empresa» e que tinha conduzido a uma diminuição de atividade neste campo. Com apoio de uma «comissão consultiva literária», o programa editorial foi então revisto e atualizado para uma nova proposta, compreendendo, entre outras, edições museográficas, históricas, filológicas, catálogos e ensaios.

Neste ano, a INCM tinha já publicado, entre outras obras:

Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal, de José d'Encarnação;

Relação do Novo Caminho Que Fez por Terra e Mar Vindo da Índia para Portugal o Padre Manuel Godinho no Ano de 1663, de frei Manuel Godinho, com notas de A. Machado Guerreiro;

Constituições Políticas de Diversos Países (compilação de Jorge Miranda);

Catálogo das Moedas, Indo-Portuguesas do Museu Numismática, 4.º vol. (1826-1961), de Damião Peres;

Beneditina Lusitana, de frei Leão de São Tomás;

Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções;

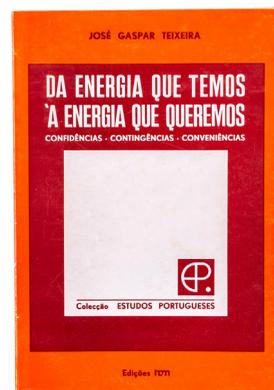
Maquete da *História do Povo Romano*, desenhada pelo pintor Manuel Lapa em 1979. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Do conjunto de edições lançadas nesta altura, destacou-se também a publicação do primeiro volume do trabalho *Imprensa Nacional — Actividade de Uma Casa Impressora*, coordenado por Pedro Canavarro, compreendendo o catálogo completo das edições da Imprensa Régia entre 1768 e 1800, cuja apresentação teve lugar em 5 de fevereiro, na Livraria do Estado, em Lisboa. Também relevante foi a criação da «Coleção EP — Estudos portugueses», cujo primeiro volume, *Da Energia Que Temos à Energia Que Queremos. Confidências, Contingências, Conveniências*, de José Gaspar Teixeira, foi publicado em abril de 1976. A nova coleção pretendia, como se lê na nota de introdução ao primeiro volume, promover a divulgação e discussão dos problemas do país, através de obras de natureza científica, histórica, económica, literária e artística, «sem limitações de âmbito que não sejam aquelas que são fixadas por uma verdadeira defesa da cultura, pela análise científica e construtiva dos factos, por um saudável humanismo e por uma real inserção nos princípios democráticos». José Gaspar Teixeira — engenheiro eletrotécnico pelo Instituto Superior Técnico e especializado em estudos de Energia Nuclear em Paris, no final dos anos 1950 — tinha um longo percurso de oposição ao Estado Novo e representava, neste primeiro número da nova coleção, a abertura da editora pública à pluralidade democrática. A coleção ficou também marcada pela preocupação de venda a preços acessíveis de forma a garantir a divulgação junto do público em geral.

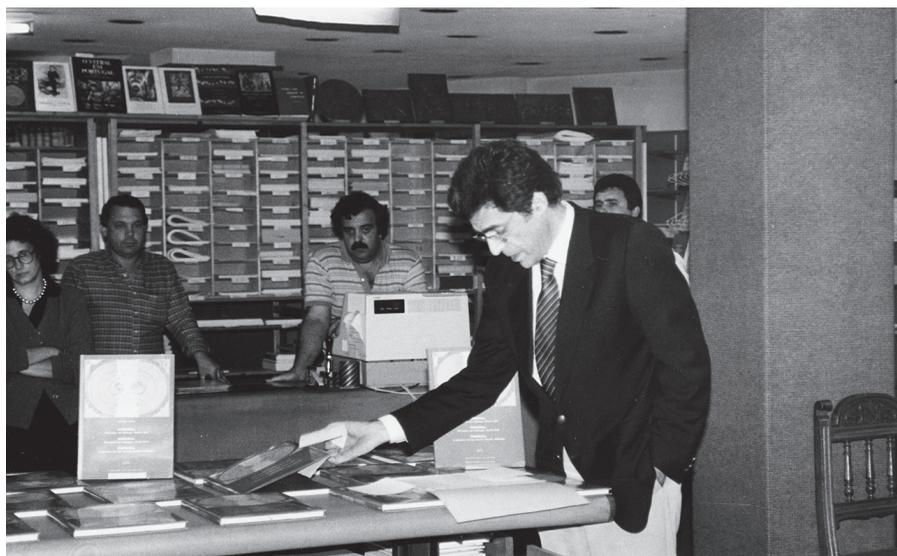
Mas entre reflexões e expectativas, a atividade editorial da Imprensa Nacional não sofreu, até ao início da década de 1980, alterações muito significativas se comparadas com os primeiros anos da fusão. No essencial, asseguravam-se algumas edições de carácter histórico e reedição de fontes (como as *Epanáforas*, de D. Francisco Manuel de Melo, a *Jornada de El-Rei D. Sebastião a África e a Crónica de D. Henrique*, organizada por Sales Loureiro, ou a *Introdução Geográfica à História de Portugal*, de Orlando Ribeiro), a par de edições comemorativas e da compilação dos sumários do *Diário da República*.

Foi com a viragem de década que efetivamente se assinalaram mudanças mais significativas do ponto de vista institucional, com repercussões na estratégia editorial: 1980 iniciou-se como um ano de melhoria da situação patrimonial e de consolidação da recuperação económica da INCM, abrindo caminho a um período de renovação e efetiva modernização que, no que diz respeito à visão para o plano editorial, foi claramente protagonizada por Vasco Graça Moura. Administrador da INCM ao longo da década de 80, Graça Moura transformou profundamente o papel da editora pública, tornando-a culturalmente interventiva através de uma política editorial que ultrapassou largamente o carácter supletivo. A criação do Prémio IN/Vasco Graça Moura pela INCM, em 2015, decorreu, justamente, do reconhecimento deste seu legado. Assim, a recomposição do programa editorial foi acompanhada pela criação da coleção «Biblioteca de autores portugueses», logo em 1980, e que atualmente se aproxima dos 200 títulos, sendo a primeira de várias que foram sendo criadas e mantiveram continuidade até aos dias de hoje. A renovação da missão editorial assentava agora na diversidade temática e disciplinar, acessível a um público



Primeiro volume da coleção «Estudos portugueses», iniciada em 1976. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

mais vasto, cobrindo áreas como poesia, ensaio, filosofia e arte, assumindo a responsabilidade de divulgação da cultura portuguesa.



Vasco Graça Moura, década de 1980. Coleção Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

A «Biblioteca de autores portugueses» iniciou-se com as publicações de *Poesia e Prosa*, de Eugénio de Andrade, *Naufrágios, Viagens, Fantasias e Batalhas*, com seleção de João Palma-Ferreira, *Lírica Completa*, de Luís de Camões, *História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*, de José Lourenço D. de Mendonça e António Joaquim Moreira, e *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*, de Matias Aires. Também a coleção «Estudos portugueses» manteve publicação regular, lançando neste ano os títulos *Obscuros e Marginados*, de João Palma-Ferreira, *Textos Históricos do Direito Constitucional*, de Jorge Miranda, *Estudos sobre a Crise Nacional*, de Vasco Pulido Valente, *O Renascimento Português*, de Joaquim Barradas de Carvalho, e *Forças Armadas, Defesa Nacional e Poder Político*, de José Alberto Loureiro dos Santos. Além da publicação de muitas outras obras integradas no plano editorial anterior, a INCM também participou na evocação do IV Centenário da Morte de Luís de Camões com a publicação de um álbum de gravuras e poemas, *Imagens para Luís de Camões*, que reuniu contributos de vários artistas plásticos e poetas, da reprodução do texto *Vida de Camões*, de Pedro Mariz, da reedição do *Cancioneiro Fernandes Tomás* e do *Cancioneiro do Padre Ribeiro*, da coleção de «Estudos camonianos» da antiga Imprensa da Universidade de Coimbra, e de uma reimpressão do episódio de «Inês de Castro» de *Os Lusíadas*.

Partindo deste arranque, o programa editorial da empresa foi crescendo, produzindo 35 novos títulos, numa tiragem total de 147 820 exemplares, em 1981, altura em que foi assinado um acordo com a distribuidora DIG-LIVR, permitindo alargar a presença no mercado livreiro.

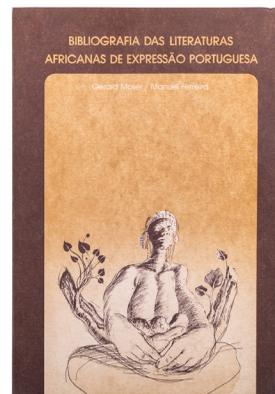
No mesmo ano, o projeto de novo estatuto de empresa da INCM, que traduziu propósitos de reflexão e projetou orientações para o futuro, foi aprovado

por decreto-lei de dezembro, introduzindo uma nova estrutura de apoio ao programa editorial. O estatuto da INCM determinou que a comercialização das obras ou trabalhos editados por serviços públicos se realizasse obrigatoriamente através das livrarias do Estado e que os impressos oficiais com exclusivo fossem diretamente adquiridos junto da empresa, obrigando ainda as entidades públicas a obter parecer técnico da INCM para execução de trabalhos gráficos com preço superior ao que estivesse fixado. Além de adaptar o regime laboral ao das empresas públicas, o novo estatuto fez criar dois órgãos consultivos, de numismática e editorial, conferindo à empresa «o exercício da atividade livreira, quer em relação às suas próprias edições, quer em relação àquelas de que a INCM seja constituída depositária ou mera revendedora». Na definição de competências de edição, e além das atribuições históricas (impressão das três séries do Jornal Oficial, do *Diário da Assembleia da República* e suplementos, das coleções oficiais de legislação, de Livros Brancos, de boletins, do Orçamento Geral e Contas do Estado e de impressos exclusivos), foi cometida à Imprensa Nacional a missão de publicar obras «de reconhecido interesse cultural», de edição própria ou com outras entidades, além de livros didáticos «aprovados pelo Ministério da Educação e das Universidades». Embora não constituindo novidade, o diploma também reafirmou a possibilidade de edição de:

Obras ou outros documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional, do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, da Academia Portuguesa da História, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Nacional de Belas-Artes e, bem assim, de qualquer outro organismo ou estabelecimento público que exerça atividades culturais;
Quaisquer outras que sejam consideradas de interesse cultural, incluindo a reprodução de gravuras e de outras obras de arte;

A missão estatutária passou ainda a permitir à INCM imprimir trabalhos gráficos destinados à exportação e «promover iniciativas e atividades culturais compatíveis com as suas atribuições». Também as competências ligadas à formação foram asseguradas, prevendo a continuidade das escolas profissionais, agora integrando «o ensino das técnicas de cunhagem e das várias especialidades de artes gráficas». Ao recém-criado conselho editorial passou a competir a emissão de pareceres «sobre os aspetos artístico, literário e cultural da atividade editorial da INCM» e também relativos aos programas anuais das edições da empresa. A primeira sessão, realizada em 19 de março de 1982, integrou, entre outros pontos, os novos volumes da «Biblioteca de autores portugueses» e o projeto de publicação da *Bibliografia da Literatura Africana de Expressão Portuguesa*, editada no ano seguinte.

Também a estratégia comercial foi sendo reformulada, com uma maior aposta na promoção. Em 1983, por exemplo, a presença da INCM na XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, onde assegurou postos de venda, contribuiu para o aumento das receitas com livros. A uma escala de maior



Edição de 1983 da *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, da autoria de Gerald Moser e Manuel Ferreira. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

continuidade, foi reforçada a cooperação com as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e asseguradas relações com os organismos oficiais de financiamento da ciência e da cultura e língua portuguesas — o Instituto Nacional de Investigação Científica e o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, ambos herdeiros e sucessores do IAC. Nesta altura, faziam-se as primeiras tentativas de aproximação aos novos países de língua portuguesa — como a participação da Imprensa Nacional na Feira do Livro de Cabo Verde. A afirmação da empresa no plano cultural foi também marcada pelo projeto de criação de uma nova edição da *Prelo*, mas agora orientada para o género ensaístico.

Apesar do contexto de recessão económica, cujo impacto se refletiu na área editorial, as vendas de livros em 1984 cresceram 58,7% em relação ao ano anterior, num período em que estava claramente assumida uma atividade editorial de intervenção cultural e se enjeitava o critério de «puro sucesso comercial». Até ao final dos anos 1980, consolidou-se uma estratégia editorial de conjunto, designadamente através da criação de coleções e da afirmação da vocação editorial pública. Foi nesta altura que se lançaram, além da «Biblioteca dos autores portugueses», as coleções «O essencial», a partir de 1985, que mantém continuidade e já ultrapassou os 130 volumes, sendo dedicada a temas muito diversificados como a música, a política, o teatro, o cinema ou a ciência, e a «Plural», à qual também tem sido dada continuidade, mas agora exclusivamente dedicada à poesia em língua portuguesa.

Coleção «Plural». Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



COMPOSIÇÃO MANUAL E FUNDIÇÃO DE TIPOS: EPÍLOGO

O impacto das principais transformações tecnológicas das artes gráficas e da produção do livro — designadamente com a introdução dos sistemas de foto-composição, de pré-impressão e dos sistemas digitais, bem como a inovação dos sistemas de impressão — fez-se sentir de forma mais evidente a partir da segunda metade da década de 1970, impondo o arranque dos processos de conversão profissional. Estas mudanças traduziram-se no abandono progressivo da composição manual e mecânica que, a curto prazo, também ditou alterações profundas às práticas de ensino que a Imprensa mantinha desde a sua génese.

Em 1975, iniciou-se o último curso de aprendizes da escola gráfica da Imprensa Nacional, sob o novo regulamento das Escolas de Artes Gráficas e Paragráficas, agora incluindo as áreas de produção da Imprensa Nacional e da Casa da Moeda, com fotomecânica, fotoquímica, gravura numismática, composição manual, impressão e encadernação, reunindo ao todo 20 alunos. A formação técnica passou a fazer-se complementarmente pela frequência obrigatória de um curso de artes visuais ou de artes gráficas na Escola António Arroio, incluindo as disciplinas de História da Impressão Gráfica, Teoria do *Design* e Composição, Desenho e Composição Gráfica, Fotografia e Técnicas de Reprodução e Impressão.

Carlos Anjos Figueiredo, gravador de tipos da Imprensa Nacional. Fotografia de Marques Valentim, fevereiro de 1987. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



No início dos anos 80, a criação de uma nova Direção de Pessoal, destinada à melhoria dos serviços, foi também orientada pela necessidade de promover ações de formação profissional que assegurassem a adaptação às novas

tecnologias. Entre as áreas sujeitas a reconversão, a formação incidiu na Fotocomposição bem como na preparação de compositores e impressores destinados ao setor da revisão. Neste contexto de adaptação tecnológica, o investimento da INCM — enquadrado pelos Programas de Investimentos do Setor Empresarial do Estado — concentrou-se na aquisição de equipamento de fotocomposição, impressão tipográfica e encadernação.

Perante todas as transformações de ordem tecnológica, a produção de tipo mantinha-se sobretudo vocacionada para o mercado nacional, com redução de consumo interno em favor da instalação da fotocomposição. Em meados dos anos 1980, acentuou-se o recuo da produção de tipo e liga em consequência da substituição acelerada dos sistemas de composição manual e mecânica pela fotocomposição e da impressão tipográfica pelo *offset*. Em 1985, o material tipográfico era já «um produto de importância reduzida» e com quebras progressivas das vendas, abandonando-se definitivamente a sua produção até ao final da década. As obras de remodelação do edifício, que vinham sendo realizadas desde o início da década, refletiram todo este processo de conversão e modernização, designadamente com a demolição, em 1987, da antiga Secção de Composição Manual, cujo espaço foi adaptado para instalação da Fotocomposição. As alterações introduzidas na área da produção gráfica vieram ainda permitir racionalizar circuitos e processos produtivos, remodelar linhas de produção e aumentar a produção em formulário contínuo. Com a remodelação da linha de produção de cédulas e passaportes, associada à aquisição de equipamento destinado à produção de documentos de segurança, estes trabalhos passaram a ser produzidos nas instalações da Casa da Moeda. Entre os novos produtos integrados na área da segurança, foram introduzidos o novo modelo de passaporte europeu e as etiquetas com holograma para autentificação, por exemplo, de fonogramas, vinhos e selos de tabaco.

Encerrou-se, assim, um ciclo iniciado com a criação da Impressão Régia cujo fabrico de letra tinha procurado colmatar necessidades do mercado nacional e fornecer internamente a tipografia do Estado. Mas com o fim da fundição e da composição manual, arrancou um novo ciclo histórico que deu prioridade à inovação e à modernização de sistemas de fabrico.

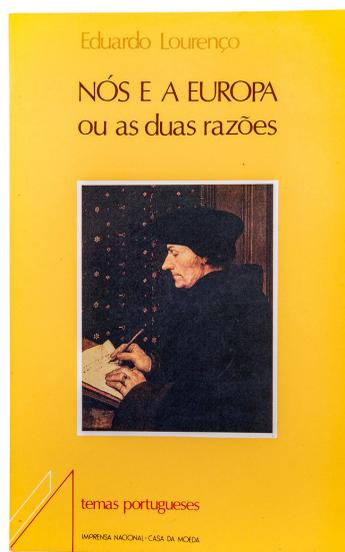
LÍNGUA, CULTURA E COOPERAÇÃO

Com a adesão formal de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1 de janeiro de 1986, a estratégia editorial da INCM passou a incorporar preocupações associadas à política de cooperação europeia, criando parcerias, promovendo edições dedicadas à integração nas comunidades e participando de forma mais ativa em reuniões e eventos de âmbito cultural e empresarial europeu. Na esteira da estratégia iniciada em 1986, foram criadas parcerias destinadas a novas edições, permitindo a publicação da obra *Portugaliae Monumenta Cartographica* (edição fac-símile) com a Companhia Portuguesa Rádio Marconi, e celebrados protocolos com o Banco de Comércio e Indústria,

a UNISYS, a COMPTA e a Caixa Geral de Depósitos, prevendo publicações conjuntas. O apoio a iniciativas culturais, científicas e até de natureza humanitária foi também integrando a missão da INCM.

Nesta fase, a INCM procurou ainda alargar a estratégia no domínio institucional, numa política de colaboração, através de protocolos que se estenderam à Empresa Gráfica da Bahia para edições mútuas de obras de autores contemporâneos, à Secretaria de Estado do Ambiente para edição da história da cultura e da ciência e à Fundação Calouste Gulbenkian para publicação do arquivo de arte da fundação. O Programa de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses também contou com a participação editorial da INCM. No domínio do reforço da temática europeia e da cooperação, refira-se a atribuição do prémio Charles Veillon 88 a Eduardo Lourenço pela obra *Nós e a Europa ou as Duas Razões* publicada pela Imprensa em 1988, as coedições com a Biblioteca Nacional de Paris e os acordos de colaboração celebrados, no domínio das artes gráficas, com o Instituto Nacional de Pesquisas da Guiné e, no domínio da gestão e controlo de produção, com o Instituto Superior Técnico. Em 1988, a INCM integrou também a recém-criada Associação Internacional de Impresores Oficiais, fundada em Washington.

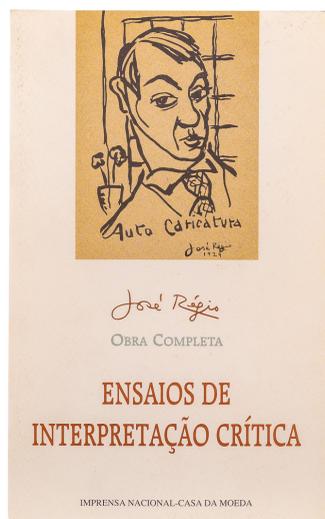
Ensaio de Eduardo Lourenço sobre a relação de Portugal com a Europa. Ao longo da década de 80, a INCM publicou ainda, do mesmo autor, *O Espelho imaginário: pintura, anti-pintura, não-pintura* (coleção «Artes e Artistas», 1.ª ed. 1981) e *Fernando rei da nossa Baviera* (coleção «EP», 1.ª ed. 1986). Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Na viragem de década, manteve-se o alargamento destas parcerias, nomeadamente com o Ministério da Indústria, o Comissariado para a Europália e a Secretaria de Estado da Cultura, para o desenvolvimento de programas editoriais à escala nacional e internacional. Em 1991, foi lançada a série «Sínteses da cultura portuguesa» por ocasião do colóquio «Portugal face à Europa — Um Balanço da Cultura», realizado na Fundação Calouste Gulbenkian. Ou seja, a Imprensa Nacional assumia agora plenamente a sua missão pública no plano da promoção da cultura portuguesa em Portugal e no mundo.

Ainda no plano editorial, a década de 1990 foi marcada pela continuidade das estratégias de edição em parceria bem como de valorização e divulgação da língua e da cultura portuguesas, materializadas no serviço público de edição. As linhas de orientação definidas nesta altura passavam pela manutenção do «prestígio intelectual e gráfico» da produção da INCM, em articulação com a adaptação ao novo contexto da empresa, do mercado e da própria vida cultural do País. No reforço da carteira de autores e coleções, a Imprensa Nacional passou a ser a editora de José Régio e Domingos Monteiro, além da publicação das obras completas de Jaime Cortesão, Vitorino Nemésio e Adolfo Casais Monteiro, iniciando também a publicação de uma nova coleção de filologia portuguesa. A publicação de textos clássicos e de produção filosófica portuguesa foi também estimulada, desde logo com a publicação da edição dos *Comentários à Metafísica de Aristóteles*, de Pedro da Fonseca.

Volume das obras completas de José Régio. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Ao desenvolvimento destes projetos tinha sido associado o regresso à autonomia, em 1996, do Gabinete Editorial — que desde 1992 estava integrado no Departamento de Edições e Lojas —, de forma a preparar a nova estrutura comercial e acompanhando a expansão da atividade na área das publicações. Entre 1997 e 1999, foram abertas novas lojas no Centro Comercial Colombo e na Rua das Portas de Santo Antão (ambas atualmente desativadas) e na Rua de D. Filipa de Vilhena, alargando, assim, o espaço e a rede de vendas ao público.



Obras completas de Adolfo Casais Monteiro. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Datas importantes

25 de abril de 1974	<p>Revolução dos Cravos. Movimento militar que põe termo ao Estado Novo.</p> <p>Regressam aos quadros vários trabalhadores da INCM que, por motivos políticos, tinham sido afastados do exercício da função pública.</p>
10 de abril de 1976	<p>Aprovação da Constituição da República Portuguesa.</p> <p>A INCM publica o primeiro <i>Diário da República</i>.</p>
9 de setembro de 1977	<p>A tutela da Imprensa Nacional-Casa da Moeda é integralmente transferida para o Ministério das Finanças.</p>
1978	<p>Último catálogo da fundição de tipos.</p>
7 de dezembro de 1981	<p>Aprovação dos Estatutos da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. São criados dois órgãos consultivos: o Conselho de Numismática e o Conselho Editorial.</p>
1982	<p>Primeiro balanço social. É um «primeiro esforço da empresa para conhecer de forma sistemática uma das suas componentes mais significativas: a população dos seus trabalhadores, encarada, no seu conjunto, e os principais fenómenos que lhe dizem respeito».</p>
1984	<p>Participação na Conferência de Impressores do Estado, realizada em Londres.</p>
1985	<p>É criada a coleção «O Essencial», cobrindo temas muitos diversificados como a música, política, teatro, cinema ou ciência.</p>
1 de janeiro de 1986	<p>Portugal passa a fazer formalmente parte da Comunidade Económica Europeia.</p>
1987	<p>Obras de remodelação do edifício da Imprensa Nacional: a antiga secção de Composição Manual é adaptada para instalação da Fotocomposição.</p>
1988	<p>Participação no programa editorial dedicado aos Descobrimentos Portugueses.</p>
1988	<p>A INCM é membro fundador da Associação Internacional de Impressores Oficiais, tendo como objetivo o «intercâmbio de informações nas áreas de gestão e tecnologia».</p>

1991	Protocolos com o Ministério da Indústria, o Commissariado para a Europália e a Secretaria de Estado da Cultura, para a realização de programas editoriais.
1995	É adquirido novo equipamento de fotocomposição, entrando em funcionamento no mesmo ano.
1996	Participação em estudos técnicos com vista à recuperação e modernização das Imprensas Nacionais de Angola e Guiné-Bissau.
1996	É colocado em produção diária o sistema <i>Computer to Plate</i> , permitindo normalizar a produção de chapas de impressão.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

I. ARQUIVOS

Arquivo do Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da INCM
Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

2. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Diário do Governo

Diário da República

3. DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

INCM, Atas das sessões do conselho editorial da INCM

INCM, *Relatório Anual*, 1989.

INCM, *Relatório do Conselho de Administração* [1990-1999].

INCM, *Relatório e Contas* [1986; 2007-2018].

INCM, *Relatório, Balanço e Contas de Resultados*, [1972-1985; 1987-1988].

Imprensa Nacional - Casa da Moeda, *Catálogo de publicações distribuídas pelas livrarias do Estado*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [1975].

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, *Catálogo de edições*, Lisboa, I.N.C.M., 1985.

4. JORNAIS E REVISTAS

A Capital

Balancé: notícias da Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Época

Prelo: Revista Nacional de Artes Gráficas

5. BIBLIOGRAFIA

Catálogo de tipos, símbolos e vinhetas, Lisboa, INCM, [1978].

INCM, *No limiar das comemorações camonianas de 1980*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, *O Essencial sobre o Diário da República*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2017.

MENEZES, Higinio Borges de, *A Imprensa Nacional Casa da Moeda no quadro das modernas empresas públicas portuguesas*, Lisboa, s/n, 1973.

PACHECO, José, *História Ilustrada das artes gráficas e da imprensa em Portugal*, (4 vols.), Loulé, Sul, Sol e Sal, 2018.

N 2510

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.